

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

URGENTE!!! - Liminar – PEDIDO SUSPENSÃO

DENÚNCIA

**MUNICÍPIO DE IGARAPÉ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 027/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2021**

- IGNORAR LEGISLAÇÃO QUE TRATA DO COMERCIO DE VEICULOS NOVOS
- IGNORAR JURISPRUDENCIAS DESTE TRIBUNAL
- IGNORAR JURISPRUDENCIA DO TJMG
- PRIVILEGIAR APENAS O PREÇO EM DETRIMENTO DA LEGALIDADE

A empresa **CARMO VEICULOS LTDA**, CNPJ: 02.251.332/0001-74 e INSC. ESTADUAL: 6727247520087, com sede à Av. Marechal Castelo Branco, 1340 – São Jorge – Sete Lagoas/MG. Fone (31) 37791800, por intermédio de seu representante legal, vem à presença de Vossas Excelências apresentar **DENÚNCIA COM PEDIDO LIMINAR**, contra decisão proferida pela pregoeira **GABRIELA MOULLIN MESSIAS COQUEIRO** de habilitar revendas de veículos no pregão em epígrafe, que teve como objeto aquisição de VEÍCULO DE PASSEIO, descumprindo Lei Federal, Jurisprudências dos Tribunais de Contas e Justiça de Minas Gerais, o próprio ordenamento editalício além de outros ordenamentos que regulamentam o objeto conforme o que segue:



Tel: 31 37791800
carmoveiculos.com.br

licitacao@carmoveiculos.com.br

Carmo Veiculos Ltda.
CNPJ 02.251.332/0001-74
I.E. 672.724.752 00 87
Av. Marechal Castelo Branco, 1340
Sete Lagoas – MG – CEP 35701-242





1. DA LIMINAR

Considerando que o artigo 60 da Lei complementar nº 102/08 não permite que este Tribunal suspenda de forma liminar qualquer licitação após a assinatura do contrato e que os Municípios, para garantir o menor preço, mesmo de forma suspeita, aceleram a formalização da assinatura, a imediata suspensão do Processo é a única forma de garantir a legalidade do procedimento e legitimidade do direito da Denunciante.

2. DOS FATOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

O Município de Igarapé, publicou edital de Pregão Presencial, sob o nº 070/2019, cuja cópia segue anexa, deflagrando o processo de licitação, **tipo menor preço**, com o fim de obter a melhor proposta para a Administração para a aquisição de veículo 0 KM.

A denunciante com intuito de participar do referido pregão, observando os princípios basilares que devem nortear o administrador e o procedimento licitatório, tais como a legalidade, isonomia, a moralidade administrativa e o caráter competitivo do procedimento licitatório apresentou proposta de preço.

Como é de conhecimento geral, o princípio da legalidade, insculpido na Constituição da República de 1988, possui faces diferentes quando se trata do particular e da administração pública. Para o particular, o princípio da legalidade, artigo 5º, inciso II, lhe garante e protege a liberdade, eis que, pode a prática de qualquer ato, desde que, não proibido por lei. Espelha o princípio frente ao particular que ninguém está obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei.

Contudo, para a administração pública, tal princípio, contido no artigo 37 da constituição, significa o contrário, ou seja, a administração só pode fazer ou realizar atos que estejam previstos em lei e obedecer aos estritos limites da lei, ainda que nos chamados atos discricionários.

Neste norte, é a redação do artigo 37 da constituição da república, *verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impeccabilidade, moralidade, publicidade e eficiência, e também ao seguinte:...

Desta forma, como visto, a administração pública, em todos os níveis (federal, estadual e municipal), seja direta ou indireta, obedecerá aos princípios constitucionais do artigo 37, e principalmente o da legalidade, eis que, sua violação acarretará a violação dos demais princípios, pois, caso o mesmo seja violado, fica demonstrada a pessoalidade da administração, a falta de



**CARMO**

moralidade e até mesmo a ineficiência e desigualdade, o que está a acontecer no caso presente, como abaixo será demonstrado.

Neste diapasão, veio a Denunciante participar, apresentando lances de preços no dia do certame. Tudo como determina a legislação e o edital. Na etapa de lances apresentou a melhor proposta, logo após foi acionado o desempate conforme determinado em Lei 123/06.

Ocorreu que uma empresa que não é concessionária autorizada pelo fabricante, impedidas legalmente de comercializar veículos novos, foi declarada vencedora. Tal decisão vai de encontro a Lei Federal 6.729/79, decisões recentes deste honroso Tribunal de Contas e também do Tribunal de Justiça de Minas Gerais entre outros.

Percebe-se que o Município de Igarapé entende interesse público apenas consubstanciado na "ampliação da competitividade" visando apenas a obtenção do menor preço, que seja sobrepondo aos dispositivos legais que regulamentam o objeto, FATO ESTE LAMENTÁVEL!!!!

Qualquer cidadão que tenha um mínimo de conhecimento de mercado, consegue entender que é impossível que um revendedor consiga praticar valores menores que o fabricante do produto. A comissão de licitação não se opôs a POSSÍVEL EVASÃO FISCAL, que possa ocorrer na entrega do veículo.

Foi apresentado recurso administrativo, em que apresentamos toda a legislação que regulamenta o comércio de veículos novos no Brasil, Jurisprudências e Decisões dos Tribunais, sendo tudo desprezado pela pregoeira.

Simplemente foi desconsiderado que estas empresas adquirem os veículos com os descontos que são oferecidos a pessoas jurídicas como benefício dado na venda direta para estimular essa modalidade de negociação. Em alguns casos, os descontos podem chegar a até **20% do valor de tabela**, na compra de um único carro. Contudo, quanto mais veículos forem comprados, maior ainda será o desconto.

Todavia, lojistas, revendedores e quaisquer outras empresas que tenham em seu contrato social atividades relacionadas ao comércio de veículos não podem participar das vendas diretas, existe ainda um prazo de 12 meses para que o veículo fique no ativo imobilizado da empresa, sob pena de recolher os impostos.

Na prática, as Revendas, que são na maioria Microempresas, adquirem estes veículos com estes descontos e já revendem aos municípios, sem recolher a diferença de ICMS e outros impostos.



Tel: 31 37791800
carmoveiculos.com.br

licitacao@carmoveiculos.com.br

Carmo Veiculos Ltda.
CNPJ 02.251.332/0001-74
I.E. 672.724.752 00 87
Av. Marechal Castelo Branco, 1340
Sete Lagoas - MG - CEP 35701-242

**CARMO**

O que se pretendeu demonstrar à Comissão de Licitação do município de Igarapé é que a Empresa **SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, ou qualquer outra que não for concessionária, não tem condições legais de cumprir a determinação que consta no edital quanto a comercialização de veículos novos.

NÃO QUESTIONAMOS FATO (SITUAÇÃO FACTUAL DO VEICULO NO MOMENTO DA ENTREGA) E SIM LEGALIDADE (A EMPRESA SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI PODE VENDER VEICULO 0 KM?).

1. DO EDITAL

Embora não conste no edital se tratar de veículos novos ou usados, entendeu a Denunciante tratar-se de veículos novos, considerando 0 km e também os valores disponibilizados para a compra. Segue:

VEÍCULO DE PASSEIO 0 (ZERO) KM: COM PINTURA SÓLIDA NA COR BRANCA; ALIMENTAÇÃO BIOCOMBUSTÍVEL (ALCOOL E GASOLINA); AR CONDICIONADO; DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA; 05 (CINCO) PORTAS; CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) LUGARES; FREIOS ABS; AIRBAG DUPLO; MOTOR MÍNIMO 1.0; CINTO DE SEGURANÇA COMPATÍVEL PARA TODOS OS PASSAGEIROS; EXTINTOR DE INCÊNDIO, ESTEPE, JOGO DE TAPETES; CHAVE DE RODAS; MACACO; TRIÂNGULO DE SINALIZAÇÃO E TODOS OS DEMAIS ITENS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS; TUDO EM PLENA CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, DO CONTRAN E DEMAIS NORMAS PERTINENTES EM VIGOR, ORIGINAIS DE FÁBRICA PERTINENTES AO MODELO OFERTADO COM 12 MESES DE GARANTIA, DEVENDO VIR COM MANUAL DE INSTRUÇÕES. (Originais sem grifos)

Portanto, caso o Município de Igarapé pretenda adquirir veículos novos, zero km, deve cumprir a lei que regulamenta o comercio de veículo novo no Brasil. Não pode deliberadamente desconsiderar tal situação.

Vejamos:

2. DA LEI 6.279/79

¹A Lei 6.279/79 dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre e é bem clara em seu artigo primeiro ao afirmar “Art. 1º A distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se-á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por esta Lei e, no que não a contrariem, pelas convenções nela previstas e disposições contratuais.”

¹http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6729.htm



Tel: 31 37791800
carmoveiculos.com.br

licitacao@carmoveiculos.com.br

Carmo Veiculos Ltda.
CNPJ 02.251.332/0001-74
I.E. 672.724.752 00 87
Av. Marechal Castelo Branco, 1340
Sete Lagoas - MG - CEP 35701-242

[Handwritten signature]



Não existe nenhuma outra lei ou regulamento que alterou ou modificou o entendimento ou aplicação desta Lei, portanto qualquer veículo automotor zero km comercializados no Brasil devem cumprir tal determinação.

Assim, a 6.279/79, também conhecida como Lei Ferrari, traz em seu artigo 12 o seguinte regramento:

Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda.

Parágrafo único. Ficam excluídas da disposição deste artigo:

- a) operações entre concessionários da mesma rede de distribuição que, em relação à respectiva quota, não ultrapassem quinze por cento quanto a caminhões e dez por cento quanto aos demais veículos automotores;
- b) vendas que o concessionário destinar ao mercado externo. (Originais sem grifos)

Portanto, apenas o concessionário pode comercializar veículos diretamente ao consumidor, ou seja, O KM.

A Lei é bem clara ao vedar a comercialização para fins de revenda.

Não existe nenhuma norma legal que autorize a empresa **SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI** oferecer veículo 0 km, pelo contrário, A LEI 6279/79, PROIBE TAL CONDUTA, o que tipifica infração.

3. DELIBERAÇÃO 64 DO CONTRAN

O CONTRAN, Conselho Nacional de Trânsito, é o coordenador do SNT (Sistema Nacional de Trânsito) e órgão máximo normativo e consultivo, conforme disposto no artigo 7º da Lei 9.503/97. Tem sede em Brasília, onde deve estabelecer normas regulamentares para as leis de trânsito, bem como elaborar diretrizes da Política Nacional de Trânsito.

Como órgão máximo, o CONTRAN possui diversas atribuições, como coordenar todos os órgãos do sistema nacional de trânsito. Um exemplo prático são as normas de trânsito e os procedimentos para o registro de um veículo; os órgãos responsáveis por essas atividades precisam estar de acordo com as normas regulamentadoras estabelecidas pelo CONTRAN.

Assim, a deliberação 64 do CONTRAN, regulamentou o que seria veículos novos e usados e afirma o seguinte, "2.12. VEÍCULO NOVO - veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semirreboque, antes do seu registro e licenciamento."



**CARMO**

Ou seja, o veículo era da Fabricante/Concessionária e foi adquirido pela empresa **SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, neste caso, é obrigatório a expedição de CRLV do automóvel à empresa adquirente **SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**. Consequentemente, necessário o emplaceamento do veículo para que seja inserida a informação no documento, bem como indispensável o recolhimento de impostos e taxas referente à transação.

Somente após observado o trâmite legal, o veículo poderia ser transferido ao município de Igarapé, o que descaracterizaria a regra de entrega do veículo 0 km, vez que o primeiro emplaceamento se deu no momento de aquisição do veículo pela empresa **SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**.

4. DO CÓDIGO DE TRANSITO BRASILEIRO

O CTB dispõe em seu art.123, I, que toda transferência de propriedade deve-se emitir um novo Certificado de Registro de Veículo, ou seja, não há como o veículo ser transferido de propriedade para a empresa **SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI** e ser emplaceado só quando transferido para o Município de Igarapé, neste caso será necessário novo CRLV, sendo o município segundo dono, o que descaracteriza LEGALMENTE como veículo 0 km.

5. DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS já proferiu várias decisões em que ratifica que só o concessionário autorizado pela fabricante pode comercializar veículos 0 km.

O Tribunal apenas aplicou a lei vigente, CONFORME SEGUE:

“Diante do conhecimento da legislação, entende-se que, se somente a concessionária autorizada pela fabricante ou a própria fabricante/montadora podem vender o veículo novo ao consumidor final, a empresa revendedora autorizada, que certamente é caracterizada como consumidora, não conseguirá atender ao objeto da presente licitação: veículo zero km.” AUTOS DO PROCESSO Nº: 1040657 – 2018



Tel: 31 37791800
carmoveiculos.com.br

licitacao@camoveiculos.com.br

Carmo Veículos Ltda.
CNPJ 02.251.332/0001-74
I.E. 672.724.752 00 87
Av. Marechal Castelo Branco, 1340
Sete Lagoas – MG – CEP 35701-242



“Assim, conclui-se que a revenda de veículo por não concessionário ao consumidor final, descaracteriza o conceito jurídico de veículo novo. Na verdade, a venda de veículo por empresa não concessionária implica em novo licenciamento no nome de outro proprietário, enquadrando o veículo comercializado como usado.” DENÚNCIA Nº 1007700

Destarte, as sociedades empresárias que revendem veículos, como é o caso da denunciante, ao adquirirem os bens, realizam o emplaceamento no Município em que estejam sediadas, uma vez que o art. 120 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, prevê que todo veículo deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito no Município de domicílio ou residência de seu proprietário. DENÚNCIA N. 1015299

6. DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

O TJMG também já manifestou sobre o tema e proferiu decisão no processo de número 1.0518.15.000850-7/001, com a seguinte jurisprudência:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - PREGÃO - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 8666/93 E ATENDIMENTO AO EDITAL - EMPRESA FABRICANTE OU CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULO AUTOMOTOR - NECESSIDADE - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO DA IMPETRANTE - SEGURANÇA DENEGADA - RECURSO DESPROVIDO. De acordo com a Lei nº 8.666/93 a licitação destina-se, observado o princípio constitucional da isonomia, à seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. A licitação é ato estritamente vinculado aos termos da lei e às previsões editalícias, sendo as regras aplicáveis indistintamente a todos os proponentes. A aquisição de veículos diretamente de concessionária atende ao disposto no art.15, I, da Lei 8666/93, não possuindo a Impetrante direito líquido e certo, porquanto não se trata de empresa fabricante ou concessionária, não podendo efetuar vendas diretas de veículos a Administração, devendo ser denegada a segurança. (Originais sem grifos)

**CARMO**

Não há qualquer dúvida de que o revendedor não pode comercializar veículo 0 km, pelo contrário, os tribunais deixam bem tal impedimento.

Portanto, segundo o princípio da legalidade, que estabelece os direitos e deveres de todos os cidadãos, e constitui-se como matriz da atuação da Administração Pública, “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (art. 5º, inciso II CF). Consequentemente, o princípio da autonomia da vontade compreende que tudo aquilo que não for proibido pela lei é tido como permitido, e a **SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI** vai de encontro a Lei.

7. DA POSSIVEL EVASÃO FISCAL

Para o **SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS DE MINAS GERAIS (SINCODIV-MG)** são inúmeras as irregularidades cometidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em processos licitatórios para aquisição de veículos 0 km, sendo o DETRAN/MG notificado para tomar providências.

Segundo o Sindicato, as Micro e Pequenas Empresas adquirem os veículos PARA USO PRÓPRIO, com grandes descontos das fabricantes e imediatamente transferem para os municípios sem recolher o ICMS, o que causa prejuízos ao erário e configura irregularidade fiscal.

8. CONVÊNIO ICMS 67/18, DE 05 DE JULHO DE 2018

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) divulgou novas regras da Venda Direta. Esse método é a compra junto à montadora sem o intermédio do concessionário. Caso o veículo seja revendido antes dos doze meses, o vendedor será obrigado a recolher a diferença de ICMS.

A isenção do ICMS é que faz a compra vantajosa no modo de venda direta.

O Convenio 67/18 alterou o Convênio ICMS 64/06, responsável por disciplinar a operação de venda de veículo realizada por pessoa jurídica com menos de 12 (doze) meses da aquisição da montadora. Segue:

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm



Tel: 31 37791800
carmoveiculos.com.br

licitacao@carmoveiculos.com.br

Carmo Veiculos Ltda.
CNPJ 02.251.332/0001-74
I.E. 672.724.752 00 87
Av. Marechal Castelo Branco, 1340
Sete Lagoas – MG – CEP 35701-242



³**Cláusula primeira** Ficam alterados os dispositivos a seguir indicados do [Convênio ICMS 64/06](#), de 07 de julho de 2006, que passam a vigorar com a seguinte redação:

I – a ementa:

“Estabelece disciplina para a operação de venda de veículo autopropulsado realizada por pessoa física que explore a atividade de produtor agropecuário **ou por qualquer pessoa jurídica, com menos de 12 (doze) meses da aquisição da montadora.**”;

II – a cláusula primeira:

“Cláusula primeira Na operação de venda de veículo autopropulsado, realizada por pessoa física que explore a atividade de produtor agropecuário ou por qualquer pessoa jurídica, antes de 12 (doze) meses da data da aquisição junto à montadora, deverá ser efetuado o recolhimento do ICMS em favor do estado do domicílio do adquirente, nas condições estabelecidas neste convênio.

Parágrafo único. As pessoas indicadas no caput poderão revender os veículos autopropulsados do seu ativo imobilizado, após transcorrido o período indicado no caput como dispuser a legislação da sua unidade da Federação.”;

III – os §§ 3º e 4º da cláusula segunda:

“§ 3º O imposto apurado será recolhido em favor da unidade Federada do domicílio do adquirente, pelo alienante, através de GNRE ou documento de arrecadação próprio do ente tributante, quando localizado em Estado diverso do adquirente, e quando no mesmo Estado, através de documento próprio de arrecadação do ente tributante.

“§ 4º A falta de recolhimento pelo alienante não exclui a responsabilidade do adquirente pelo pagamento do imposto que deverá fazê-lo através de documento de arrecadação do seu Estado, por ocasião da transferência do veículo.”; (Originais sem grifos)

É praticamente impossível que a empresa **SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI** esteja cumprindo tal determinação e recolhendo a diferença de ICMS com o valor ofertado no certame.

IMPORTANTE FRISAR QUE, CONFORME O § 4º, O MUNICÍPIO DE IGARAPÉ, SABENDO DE TAL DETERMINAÇÃO, ASSUME A RESPONSABILIDADE DE RECOLHER TAL DIFERENÇA CASO A EMPRESA SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI NÃO O FAÇA.

PODE O MUNICÍPIO ASSUMIR TAL ENCARGO?

9. DA GARANTIA DE FABRICA E RECALL

³https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2018/CV067_18



Uma das surpresas mais desagradáveis que o dono de um carro pode ter é enfrentar um problema mecânico, buscar socorro na rede autorizada e deparar-se com a recusa da montadora de executar o reparo sem ônus, quando esperava ser assistido pela garantia.

Durante o período de cobertura de fábrica, a proteção segue as regras contidas no manual de garantia que acompanha o veículo. A montadora responde pela qualidade do produto e arca com todos os reparos necessários, desde que essas regras sejam obedecidas pelo consumidor. O dever da empresa é fornecer um conserto definitivo, que elimine por completo os defeitos eventualmente surgidos, sem sujeitar o cliente a idas e vindas intermináveis à autorizada.

Neste ponto, quando a empresa **SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI** adquirir o veículo para então passar para o Município de IGARAPÉ, a fábrica ou concessionária terá em seu cadastro a empresa **SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI** e não o município de IGARAPÉ, já que quem adquiriu diretamente da fabricante foi a empresa, e caso exista algum RECALL quem será comunicada será a empresa **SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI** E NÃO O MUNICIPIO DE IGARAPÉ pois não existirá cadastro em nome deste na fabricante.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como falar em Princípio da Legalidade se o Município de Igarapé não observar a legislação vigente como a Lei 6279/79.

Não há como falar em Princípio da Moralidade se a Ética comercial não é respeitada.

Não há como falar em Princípio da Igualdade se empresas se beneficiam de descontos sem recolher suas obrigações fiscais.

Não há como falar em Princípio da Economicidade se o Município de Igarapé assume o risco de recolher diferença de ICMS para o Licitante.

Não há como falar em Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório se o objeto licitado não precisa estar em conformidade com a Lei que o regulamenta.

Não há como falar em Princípio da Probidade administrativa se todos os demais são desconsiderados.



[Handwritten signature]
30



CARMO

NÃO É O FATO DA EMPRESA SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI ENTREGAR O VEICULO COMO SE FOSSE O KM, E SIM A CONDIÇÃO LEGAL PARA QUE POSSA FAZER ISSO! QUE NÃO EXISTE!!! (NÃO SERIA BOM COLOCAR AO INVÉS DO “O KM”, “SEM TER SIDO UTILIZADO ANTERIORMENTE, ISSO NÃO O CARACTERIZA COMO ZERO KM”?

As restrições impostas à atuação do administrador público, pelo princípio da moralidade, e demais postulados do artigo 37 da CF são autoaplicáveis pois trazerem uma carga de normatividade apta a produzir efeitos jurídicos, permitindo, em consequência, ao Judiciário exercer o controle dos atos que transgridam do texto constitucional.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas. Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas.

É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Todo o apresentado, seja a Lei 6279/79, as jurisprudências do TCEMG, do TJMG e demais normas, deixam bem claro o quanto é prejudicial para o erário e principalmente legalidade, aceitar e concordar com a participação de Revendas (Micro e Pequenas Empresas) na venda de veículos 0 km. Deve a decisão tomada pelo pregoeiro de aceitar e habilitar a empresa **SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI** ser revista como forma da mais pura e cristalina legalidade.



Tel: 31 37791800
carmoveiculos.com.br

licitacao@carmoveiculos.com.br

Carmo Veículos Ltda.
CNPJ 02.251.332/0001-74
I.E. 672.724.752 00 87
Av. Marechal Castelo Branco, 1340
Sete Lagoas - MG - CEP 35701-242



11. DOS PEDIDOS

DO PEDIDO LIMINAR - Diante de todo o exposto, Requer LIMINARMENTE antecipação parcial da tutela pretendida, para que se digne a suspensão imediata do Pregão, à vista dos elementos trazidos aos autos e do arcabouço de provas lançadas a configurar o direito, e principalmente pela possível perda do objeto caso a compra seja efetivamente concluída. Esta medida é indispensável para a Denunciante e em nada prejudicará o Município, portanto, não se mostra presente o perigo de irreversibilidade do provimento.

Requer também:

Que seja aplicado o entendimento atual deste Honroso Tribunal de Contas determinando a anulação do pregão nos termos da Lei 6.279/79 e demais dispositivos legais.

Que seja aplicada a multa legal a toda comissão de licitação que sequer considerou o ordenamento vigente.

Que seja a Empresa **SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI** notificada a apresentar as notas fiscais de compra e venda de todos os veículos comercializados em Minas Geras, assim como as guias de recolhimento de ICMS de todos os veículos vendidos nos municípios do Estado de Minas Gerais, assim como demais impostos.

Termos que pede e espera deferimento.

Sete Lagoas, 13 de maio de 2021.

Luciano Moutinho
OAB/MG 135.436